



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Territórios, patrimônios e identidades em conflito: o Sítio Arqueológico Fazenda Serrinha (Serra do Salitre ? Minas Gerais)

Autoria: Luana Carla Martins Campos Akinruli (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais), Luana Carla Martins Campos Akinruli Samuel Ayobami Akinruli

Essa comunicação se propõe a perscrutar os conflitos relacionados à identificação e preservação do Sítio Arqueológico Fazenda Serrinha, localizado na zona urbana da Serra do Salitre em Minas Gerais, especialmente no tocante aos debates sobre os territórios, os patrimônios e a identidade em contexto contemporâneo. Para tanto, a pesquisa se pautou no cruzamento interdisciplinar entre história, antropologia e arqueologia, tendo sido empregadas ferramentas de georreferenciamento, no sentido de conformar uma área que contemplasse a diversidade do patrimônio arqueológico em questão e das referências identitárias também relacionadas ao patrimônio imaterial da comunidade quilombola, especialmente associada à Família Teodora de Oliveira e Ventura. Ressalta-se que existem processos relacionados a esta questão em trâmite no Ministério Público Federal (MPF), com interferência de relatórios produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pela Fundação Cultural Palmares (FCP), pela Federação Nacional das Associações Quilombolas (FENAQ) e pela Associação dos Remanescentes dos Quilombolas das Famílias Oliveira e Ventura (ARQTOV). A problemática se insere na conformação das definições do que se enquadra na categoria de sítio e patrimônio arqueológico, de modo a expor as urdiduras dos processos de patrimonialização em contextos nos quais ocorrem disputas não somente do patrimônio e do seu perímetro de proteção, como das próprias identidades e do direito ao território e à memória das comunidades tradicionais. Frente às contradições de diferentes relatórios técnicos, dos diversos agentes e agências envolvidos, essa comunicação pretende promover reflexões a respeito da produção do conhecimento e do



reconhecimento do protagonismo das comunidades por meio da narrativa das múltiplas formas de violência a qual estão submetidos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: